

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.749 - AL (2019/0129805-6)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : ETEC - EQUIPE TECNICA CONTABIL S/S LTDA
ADVOGADO : EDUARDO MESSIAS GONÇALVES DE LYRA JUNIOR -
AL004042
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE MACEIÓ
PROCURADOR : FERNANDO ANTONIO REALE BARRETO E OUTRO(S) -
AL012175A
INTERES. : COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, RECURSOS
HUMANOS E PATRIMONIO - COMARHP
ADVOGADO : RODRIGO BORGES FONTAN - AL007226

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 11, 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER PROTETÓRIO. MULTA DO ARTIGO 1.026, § 2º, DO CPC/2015 AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ETEC - EQUIPE TÉCNICA CONTÁBIL S/S LTDA em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 568):

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO MONITÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO. INCLUSÃO DE MUNICÍPIO NO PÓLO PASSIVO FACE À RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA. COMPETÊNCIA DE VARA ESPECIALIZADA. RECONHECIDA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 13ª VARA CÍVEL. REMESSA DOS AUTOS À 14ª VARA CÍVEL DA CAPITAL. BLOQUEIO DE CONTAS DO ENTE PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. UNANIMIDADE DE VOTOS.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, com aplicação de multa.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta violação aos arts. 11, 489, § 1º, I e II, 1.022, I e II e 1.026, § 2º, do CPC/2015, sob o argumento de que lhe foi recusada a prestação jurisdicional quando da apreciação dos embargos de declaração e que a multa aplicada

por caráter protelatório não se sustenta, haja vista que a falta de fundamentação e o fim de prequestionamento do recurso.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que incide na espécie os óbices sumulares 83 e 7 do STJ.

Nas razões de agravo, postula o processamento do recurso especial, haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do especial.

A pretensão merece parcial acolhimento.

Isso porque, sem razão a recorrente quanto à alegada violação aos dispositivos 11, 489 e 1.022 do CPC/2015 sob a alegação de que o Tribunal de origem não se manifestou sobre questões suscitadas nos embargos de declaração e que restou ausente de fundamentação a aplicação da multa.

Infere-se dos autos que a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao expressamente consignar que a simples presença do município na demanda implicaria a necessidade de remessa do feito para o juízo competente independentemente da discussão sobre a titularidade dos valores bloqueados. A propósito, os seguintes trechos do acórdão embargado :

(...)

11. Com efeito, o Acórdão embargado deixa claro que foi proposta uma Ação Monitoria contra a COMARHP, sendo produzida sentença que concluiu pela condenação da Companhia ao pagamento do montante descrito.

12. Porém, restou consignado que "havendo o redirecionamento da execução para atingir o Município de Maceió, este figurará, por consequência, no polo passivo da ação como arte executada." Ainda, restou decidido que não seria possível o bloqueio ou sequestro de verbas.

13. No caso dos autos, é de se perceber que a conclusão pela incompetência do juízo decorreu do reconhecimento da participação do Município de Maceió na demanda, o qual ajuizou recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão de primeiro grau.

14. Não se trata de haver adentrado em tema alheio ao recurso, porquanto a simples presença do Município de Maceió na demanda implica na necessidade de remessa do feito para a Vara da Fazenda Pública Municipal, independentemente da discussão sobre a titularidade dos valores bloqueados, tanto que a competência para verificar a possibilidade de bloqueio é da Vara da Fazenda Pública, e não do Juízo *a quo*. (fls. 651/652 e-STJ)

20. Diante do exposto e da insistência do embargante em rediscutir a matéria de fato e de direito já decidida, é de se reconhecer o nítido intuito protelatório dos presentes embargos de declaração, devendo ser aplicada,

portanto, a pena processual cabível, de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado dado à causa, prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

21. Destarte, considerando os termos acima, não há qualquer vício a ser suprido no Acórdão embargado, razão pela qual CONHEÇO dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, REJEITÁ-LOS. Outrossim, condeno o embargante ao pagamento de multa no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fulcro no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil. (e-STJ fls. 655)

Registra-se que o Tribunal *a quo*, cumprindo com a devida prestação jurisdicional, concluiu no julgamento dos embargos de declaração que a matéria em debate foi analisada de forma exaustiva para o deslinde da controvérsia e que a recorrente pretendia, na verdade, a reforma da decisão proferida, e não sanar qualquer vício de contradição, omissão ou erro material, aplicando a multa por caráter protelatório dos embargos.

Percebe-se desde logo que não há falar em violação ao mencionados artigos porquanto houve efetivamente o enfrentamento da controvérsia posta nos autos e necessária à solução da lide, de modo que não há que se falar em ausência de prestação jurisdicional ou de fundamentação.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º E 1.022, II, DO CPC/15. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE SER EXAMINADA EM RECURSO ESPECIAL.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II do CPC/15, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. A Corte de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, circunstância que torna imprópria a análise da insurgência pelo STJ em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1630265/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 06/12/2016)

Ademais, como é cediço, a omissão apta a ensejar os aclaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, e não aquela que entenda o embargante.

Assim, não havendo no acórdão recorrido a existência de vícios que caracterizem ausência de prestação jurisdicional, e estando fundamentada a decisão, não fica caracterizada ofensa aos citados dispositivos.

Contudo, a irresignação merece prosperar somente quanto à aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/15, antigo artigo 538, parágrafo único, do CPC/1973.

Infere-se que a interposição de agravo de instrumento ocorreu em face de

decisão que determinou a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade de economia mista e inclusão do município de Maceió no polo passivo da execução com bloqueio de valores.

Diante do provimento do agravo de instrumento, a ora recorrente opôs embargos de declaração questionando omissão, obscuridade e contradição, bem como o prequestionamento da matéria para viabilizar eventual recurso excepcional.

Todavia, foi-lhe aplicada a multa do artigo 1.026, do CPC/15 sob o fundamento de que o recorrente pretendia nova decisão por meio dos embargos, incorrendo em caráter protelatório do recurso.

Assim, o recurso merece acolhimento no ponto, visto que a oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento, não evidencia intuito protelatório, sendo incabível a aplicação de multa ou indenização. Confirmam-se os seguintes precedentes:

DIREITO EMPRESARIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1) EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. [...] 6) MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PRETENSAMENTE PROTELATÓRIOS CANCELADA. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. COMPLEXIDADE DO JULGAMENTO A JUSTIFICAR OS EMBARGOS. [...] 6.- Tendo os Embargos de Declaração visado ao prequestionamento, em processo complexo e de grande importância do precedente para as partes, no regramento de espécie contratual relevante no seu âmbito de atividade, compreensível o oferecimento de Embargos de Declaração, inadequada a multa por litigância de má fé (súmula 98/STJ), que se cancela. 7.- Recursos Especiais da Fábrica e da nova concessionária providos em parte, tão somente para afastar o caráter procrastinatório dos Embargos de Declaração, com observações quanto à possibilidade de instalação futura de outras concessionárias, observados os requisitos legais (nº 4, supra) e de que a multa cominatória ("astreinte") corre pelos períodos assinalados (nº 5, supra), mantido, no mais, o julgado de origem e julgada prejudicada Medida Cautelar incidental. (REsp 1.359.558/PB, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, j. 9/4/2013, DJe 15/5/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO. VIOLAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. SÚMULA 98/STJ. ARTS. 17 E 18 DO CPC. OFENSA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCARACTERIZAÇÃO. 1. Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório (Súmula 98/STJ). 2. Não evidenciado intuito protelatório nos embargos de declaração e não caracterizada a litigância de má-fé da recorrente, afasta-se a aplicação das multas previstas nos arts. 18 e 538, parágrafo único, do CPC. 3. Agravo regimental parcialmente provido. (AgRg no REsp 650.097/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 15/3/2012, DJe 23/3/2012)

Efetivamente, não identificado o caráter protelatório dos embargos de declaração ou o abuso da recorrente na sua oposição, como evidenciado no caso concreto, impõe-se o afastamento da multa, conforme remansosa jurisprudência desta

Corte, consolidada na Súmula nº 98/STJ ("Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório").

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento apenas para afastar a multa processual aplicada, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

